

A Gerência de Compras

Ref. Edital de Concorrência 006/2012

Assunto: Resposta aos questionamentos apresentados a PMRG pela Engeplus Engenharia e Consultoria Ltda.

O Comitê Executivo instituído pelo Decreto Municipal nº 11.126/2011, reuniu-se no último dia 11 de maio do corrente ano, conforme Ata nº 04/2012 para análise do questionamento apresentado no dia 25 de abril de 2012, pela Engeplus Engenharia e Consultoria Ltda, referente ao Edital de Concorrência nº 006/12 que irá contratar Consultoria Especializada para Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) devendo abranger todo o território do município, seja ele urbano ou rural e contemplar os quatro componentes do saneamento básico, esclarecendo-se o que segue:

- 1) O item 2.2.4 veda a participação de Empresas Individuais ou reunidas em Consórcio, neste caso poderão concorrer empresas que não se classifiquem nestas duas categorias.
- 2) Respondido abaixo.
- 3) Ainda com relação ao item 5.4.2 manifestamos que se poderia ter oferecido à opção Assistente Social ou Sociólogo, porém, dentre os profissionais que poderiam atuar no Produto 1 correspondente ao Plano de Mobilização Social considerou-se de maior relevância a atuação do Assistente Social, tendo em vista a necessidade do envolvimento prático em campo, do caráter sociopolítico, crítico e interventivo para análise e intervenção nas diversas interfaces da questão social, ou seja, é o profissional qualificado que, privilegiando uma intervenção investigativa, através da pesquisa e da análise da realidade social, atuará na formulação, execução e avaliação dos serviços, programas e políticas sociais que visam a preservação, defesa e ampliação dos direitos humanos e da justiça social. Assim, para alcançar o objetivo específico do referido produto e atender as políticas públicas adotadas pelo município julgou-se pertinente a exigência do Assistente Social.
- 4) Com relação ao item qualificação técnica, considera-se preponderante a ratificação do respectivo Conselho para os profissionais que o possuem e que irão atuar na elaboração do PMSB do Rio Grande. Só será permitida a falta de ratificação do Conselho de Classe dos profissionais que não o possuem. Para o Conselho que negar a referida certificação deverá ser apresentada justificativa do mesmo.
- 5) No que diz respeito ao item 6.4 e 5.4.2 manifestamos que ambos embora escritos de forma um pouco diferenciada, oferecem a mesma interpretação do objeto solicitado, estando melhor detalhado no item 5.4.2.
- 6) Os itens 6.5 e 5.4.3 não são diversos, o item 6.5 refere-se a vínculo empregatício, enquanto o item 5.4.3 diz respeito ao vínculo de qualificação técnica do profissional.
- 7) No item 8 Critérios de Julgamento das Propostas, 8.1 Proposta Técnica do Edital, bem como no item 9.1 do Termo de Referência, o somatório dos pontos dos quesitos a serem pontuados poderá ser equivalente a no máximo 112 pontos, o que não irá interferir no resultado final,

pois o cálculo matemático é de 80% do valor total pontuado aplicado na formula que relaciona este valor com os 20% da proposta de preço. Não sendo obrigatório o montante total ser de 100 pontos, pois o percentual será calculado sobre a pontuação efetivamente alcançada pela empresa candidata.

- 8) Para este questionamento está correto o entendimento da empresa, pois no item 9.1.4 do Termo de Referencia está explicitada esta relação, uma vez que neste item há referência ao item 7 do mesmo.

Com relação aos questionamentos apresentados em 26 e 27 de abril de 2012 respectivamente, o Comitê Executivo entende que estes deverão ser respondidos pelo Gabinete de Compras e Licitação da Prefeitura Municipal do Rio Grande, uma vez que fogem do caráter técnico para qual o Comitê foi instituído, sendo que dizem respeito às questões específicas do processo licitatório, quais sejam:

- Atestado de visita técnica fornecido pelo Setor de Informática do Município;
- Duplicidade de documentação nos envelopes 01, 02 e 03.

Com relação ao questionamento no item 2, encaminhado pela Engeplus Engenharia e Consultoria Ltda., que faz referência ao item 5.4.2 do Edital 006/2012, que se refere à exigência de Engenheiro Sanitarista para a Coordenação Geral, após consulta ad hoc a membro do Comitê de Coordenação, conforme Decreto Municipal nº 11.126/2012, foi recomendado que, onde se lê: Engenheiro Sanitarista, leia-se: Engenheiro Sanitarista ou Engenheiro Civil Especialista na área de Engenharia Sanitária. Recomenda-se que seja incluso Engenheiro Civil, tendo em vista a formação desse profissional com ênfase na área de Engenharia Sanitária. No entanto, para ser relevante tecnicamente torna-se preponderante a experiência na coordenação de estudos multidisciplinares similares ou estudos e projetos de abastecimento público de água ou de esgotamento sanitário ou de drenagem urbana.

Rio Grande, 14 de maio de 2012.

Daiane Marques Miranda
Coordenadora do Comitê Executivo

Mara Nubia Cezar de Oliveira
Coordenadora do Comitê de Coordenação
Secretária Municipal do Meio Ambiente